



## Acórdão 01285/2020-5 - 1ª Câmara

**Processo:** 04034/2020-8

**Classificação:** Omissão de Prestação de Contas Mensal

**Exercício:** 2020

**UG:** FMAS - Fundo Municipal de Ação Social de Guaçuí

**Relator:** Márcia Jaccoud Freitas

**Responsável:** ADRIANA PEIXOTO GONCALVES

### **OMISSÃO NO ENCAMINHAMENTO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS MENSAL – MÊS 06/2020 – INFRAÇÃO LEGAL – APLICAR MULTA – DAR CIÊNCIA – ARQUIVAR**

1. O não envio da prestação de contas mensal pelo jurisdicionado importa em infração passível de multa, independentemente de prévia comunicação dos responsáveis, consoante estabelecido no Art. 135, inciso IX e §4º, da Lei Complementar Estadual n.º 621/2012, c/c o inc. II, do § 1º e § 5º, do art. 9º-A da Instrução Normativa 43/2017.

### **A RELATORA EXMA. SRA. CONSELHEIRA SUBSTITUTA MÁRCIA JACCOUD FREITAS:**

Versam os presentes autos sobre a omissão no encaminhamento, por meio do sistema CidadES, da Prestação de Contas Mensal relativa ao mês 06 do exercício de 2020, do Fundo Municipal de Ação Social de Guaçuí, sob responsabilidade da senhora Adriana Peixoto Gonçalves.

Em razão da omissão, esta Corte de Contas emitiu Termo de Notificação Eletrônico n.º 03583/2020-8 e Auto de Infração Eletrônico, visando exigir o cumprimento da

obrigação de prestar contas, bem como para aplicar a multa decorrente da inobservância ao prazo legal para a remessa em questão, nos termos do disposto no art. 9º-A da Instrução Normativa TC 43/2017 e do art. 135, inciso IX, e seu § 4º, da Lei Complementar n.º 621/2012, c/c art. 389, inciso VIII, e seu § 1º, do RITCEES.

Devidamente cientificada, a gestora encaminhou suas justificativas, conforme Defesa n.º 00681/2020-6 e Peças Complementares n.º 18080/2020-6 a 18083/2020-4.

O **Núcleo de Controle Externo de Contabilidade – NCONTAS** elaborou a **Instrução Técnica Conclusiva n.º 03523/2020-6**, sugerindo a aplicação de multa de R\$ 1.000,00 (um mil reais) ao responsável e arquivamento dos autos.

O **Ministério Público de Contas**, por meio do **Parecer n.º 02551/2020-6**, de lavra do Procurador Luis Henrique Anastácio da Silva, ratificou o opinamento técnico, pela aplicação de multa.

## II FUNDAMENTOS

Analisados os autos, entendo por acompanhar a posição da área técnica e do Ministério Público de Contas.

A Irregularidade tratada junto aos autos refere-se a omissão no encaminhamento da Prestação de Contas Mensal, alusiva ao mês 06/2020, do Fundo Municipal de Ação Social de Guaçuí, sob responsabilidade da senhora Adriana Peixoto Gonçalves, nos termos do estabelecido na Instrução Normativa TC 43/2017.

Conforme orienta o parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, o ato de prestar contas é obrigação constitucional de toda e qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos.

A não prestação de contas ou a intempestividade no cumprimento da obrigação maculam o diagnóstico eficiente da qualidade da gestão pública por dificultar (ou inviabilizar) o exercício tempestivo da fiscalização da despesa pública, razão pela qual tais condutas são sancionadas por diversos diplomas legais, podendo gerar penalidades nas esferas civis, penais e administrativas.

No caso concreto, esta Corte de Contas emitiu Termo de Notificação Eletrônico n.º 03583/2020-8 e Auto de Infração Eletrônico, visando exigir o cumprimento da obrigação de prestar contas, bem como para aplicar a multa decorrente da inobservância ao prazo legal para a remessa em questão.

O referido Auto tem como finalidade o incentivo ao recebimento tempestivo das remessas de informações periódicas por parte dos jurisdicionados, eliminando a inadimplência, tendo sido instituído em outubro/2019 com edição da IN TC 54/2019, que alterou a IN TC 43/2017, entrando em vigor em julho de 2020, após devida repercussão nessa Corte de contas e exaustivas medidas de informação aos jurisdicionais, processo precedido de debates, realização de consulta pública e de audiência pública nos termos da LINDB.

De acordo com o sistema CidadES, a remessa e homologação da obrigação em questão deu-se no dia 14/07/2020, ou seja, ocorreu de forma intempestiva, já que o prazo de entrega da PCM do mês junho/2020 encerrou-se em 10/07/2020.

Da mesma forma não houve comprovação do pagamento do DUA Nº 3203544905, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), com vencimento em 28/07/2020.

Destaco, ainda, que, de acordo com as informações do Sistema CidadES, apenas 05% dos jurisdicionados do Estado deixaram de cumprir a obrigação regimental.

Pelo exposto, acompanhando a área técnica e o Ministério Público de Contas, **VOTO** no sentido de que o Colegiado aprove a minuta de deliberação que submeto à apreciação.

Em 20 de outubro de 2020.

MÁRCIA JACCOUD FREITAS  
Conselheira Substituta

## 1. ACÓRDÃO TC-1285/2020-5

Vistos, relatados e discutidos estes autos, **ACORDAM** os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pela Relatora, em:

**1.1. APLICAR MULTA** no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) à senhora Adriana Peixoto Gonçalves, responsável pelo Fundo Municipal de Ação Social de Guaçuí, nos termos do art. 9º-A da IN 43/2017 c/c art. 135, incisos VIII e IX, da Lei Complementar Estadual 621/2012 e art. 389, incisos VIII e IX, do Regimento Interno deste Tribunal (aprovado pela Resolução TC 261/2013); face ao descumprimento às determinações desta Corte de Contas;

1.2. Dar ciência ao responsável da presente Decisão;

1.3. **ARQUIVAR** os autos, após o trânsito em julgado.

2. Unânime

3. Data da Sessão: 06/11/2020 – 41ª Sessão Ordinária da 1ª CÂMARA

4. Especificação do quórum:

4.1. Conselheiros: Sérgio Aboudib Ferreira Pinto (presidente), Sebastião Carlos Ranna de Macedo e Rodrigo Coelho do Carmo.

4.2. Conselheira Substituta: Márcia Jaccoud Freitas (relatora)

5. Fica o responsável obrigado a comprovar perante o Tribunal o recolhimento do débito e/ou da multa aplicada, no prazo de trinta dias, contados a partir da publicação deste Acórdão, nos termos do art. 454, inciso I, do Regimento Interno deste Tribunal. Quando cabível recurso, os prazos para interposição encontram-se previstos no Título VIII do mesmo diploma normativo.

CONSELHEIRO SERGIO ABOUDIB FERREIRA PINTO

**Presidente**

CONSELHEIRA SUBSTITUTA MÁRCIA JACCOUD FREITAS

**Relatora**

CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO

CONSELHEIRO SEBASTIÃO CARLOS RANNA DE MACEDO

**Fui presente:**

PROCURADOR DE CONTAS HERON CARLOS GOMES DE OLIVEIRA

**Em substituição ao procurador-geral**

LUCIRLENE SANTOS RIBAS

**Subsecretária das Sessões**